



#### AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE TERRAS DE BOURO – AETB

### CONTEXTUALIZAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO:

O Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB), através do Centro de Formação do Alto Cávado (CFAC), integra o Projeto de "Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA)", no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC).

O Projeto de Intervenção (PI) que aqui se apresenta resulta da reflexão sobre o processo de avaliação pedagógica e recolhe/reúne contributos para a ação futura no agrupamento. O envolvimento de todos os docentes do AETB, neste processo de investigação-reflexão-ação, foi considerado e assumido não só como necessária para a conceção do projeto, mas também para que se criasse uma cultura de responsabilidade, de construção colaborativa, um sentimento de pertença e apropriação por parte de todos. Neste sentido, a construção deste PI teve por base o projeto já implementado em anos anteriores e a informação recolhida, através de um questionário e da análise das atas dos Conselhos de Turma, que permitiram ter melhor perceção das conceções e práticas no AETB.

Neste projeto, propõe-se o acompanhamento e avaliação do mesmo, de forma a fomentar a partilha e colaboração de conceções e práticas adquiridas, na identificação das fragilidades do Agrupamento, neste âmbito da avaliação e na procura de soluções/medidas, no sentido de colmatar essas debilidades de modo a promover no AETB uma avaliação baseada nos princípios da avaliação pedagógica (transparência, positividade, diversificação, integração curricular e melhoria das aprendizagens), para que, assim, se possa atingir um maior e melhor sucesso escolar, alicerçado em aprendizagens significativas.

Neste construir partilhado e colaborativo, aqui assumido, estão, acima de tudo, (ainda) os alunos. Pretende-se que na fase de definição das rubricas de avaliação (medida 2) as mesmas sejam objeto de construção conjunta entre docentes e alunos valorizando a transparência e tendo sempre presente a melhoria das aprendizagens e que a autoavaliação (medida 3) seja um processo reflexivo que contribua para a melhoria das aprendizagens e das práticas educativas.

Deste modo, este projeto, desenvolvido localmente dentro de um projeto nacional, resulta de uma ação concertada e deliberada para melhorar os processos de avaliação pedagógica, de ensino e de aprendizagem, desenvolvendo ações, para que os alunos aprendam mais e melhor, com mais compreensão e mais profundidade.

#### **ENQUADRAMENTO CURRICULAR:**

O âmbito de implementação do projeto é distinto nas três medidas definidas para este projeto de intervenção.

A medida um tem por alvo todas as disciplinas e anos de escolaridade do Ensino Básico e Secundário, pois considera-se que a mesma é um aprofundamento da ação desenvolvida já em anos anteriores, resulta da reflexão e reformulação dos seus documentos basilares sobre avaliação (tal como aconteceu com todas as outras escolas do CFAC com quem se tem trabalhado em rede).

Para a **medida dois** pretende-se aprofundar a mesma em todo o ensino básico e secundário. Os docentes já executaram rubricas em anos anteriores pelo que se considera ser este o momento de consolidação em todas as disciplinas com carga horária de pelo menos noventa minutos semanais.

Com **medida três**, elaborada para todos os Ciclos de Ensino Básico e ainda para o Ensino Secundário, espera-se que esta possa contribuir para o desenvolver no aluno atitudes metacognitivas, de autorregulação e de autoavaliação e que permita aos docentes recolha das perceções dos alunos sobre as suas práticas educativas.

TERRAS DE BOURO









1. FRAGILIDADE/ PROBLEMA A RESOLVER	<ul> <li>Confusão (professores, alunos e pais) entre os cono leva a que nem sempre os alunos tenham várias opo</li> <li>A utilização de estratégias de recuperação, após fee "grelha excel" e a média final dita a nota, sem ter en</li> </ul>	rtunidades de de <mark>edback</mark> de qualic	emonstrar aquilo qu lade, ainda não é re	e sabem egra gera	e/ou consegu Il nas práticas	uem fazer.	-
				Princíp	io da melhori	a da qualidade das aprendizagens	Х
2. DESIGNAÇÃO DA			PRINCÍPIOS DE	Princíp	io da diversifi	cação	Х
MEDIDA 1 /ESTRATÉGIA A IMPLEMENTAR	Avaliar ≠ Classificar: o ponto de partida!	!	AVALIAÇÃO VALORIZADOS NA	Princíp	io da positivio	dade	Х
			MEDIDA	Princíp	io da transpai	rência	Х
		Pr			io da integraç	ão curricular	Х
3. DESTINATÁRIOS	Todos os professores, alu <mark>no</mark> s e pais do AE		- 10	b.,			
4.OBJETIVO(S) A ATING	IR COM A MEDIDA	4.1 MONITORIZA	ÇÃO (INDICADORES,	MEIOS)	4.2	META(S) A ALCANÇAR COM A MEDIDA	
•	ndo, os sistemas de avaliação e de classificação a dando seguimento ao processo de reflexão/reformulação.	Data de realizaç	ção		А	té ao início do ano letivo 2023/24	
diversificadas (testag dar várias oportuni		,	e momentos e técr mativa a usar obrigatoriamente, olha de dados.	pelos	propósito momento d serão, no mír	de 1 a 2 instrumentos de classificaçã is formativos antecedendo pelo mend le avaliação sumativa para classificaç nimo 2 a 3 por período, com recurso a para as disciplinas com 90 minutos o semanalmente.	os um ão, que a técnicas
	1- Apresentação e discussão da proposta dos <b>sistemas d</b> o discussão e partilha dos <b>critérios de classificação</b> definidos	-	•	•		Primeiro período do ano letivo 2	23/24
5. ATIVIDADE(S) A DESENVOLVER E	2- Revisão dos critérios de classificação por parte de ca avaliação distinto do de classificação apoiado em critérios				istema de	Primeiro período do ano letivo 2	23/24
CALENDARIZAÇÃO	3- Aprovação critérios/sistemas de avaliação e classificação para o ano letivo 2023/2024 em C. Pedagógico.					Início do ano letivo 23/24	
	4- Divulgação/esclarecimento dos novos critérios/sistemas junto de pais e alunos.					Início do ano letivo 23/24	
	5- Apoio e formação continuada de professores no âmbito da avaliação pedagógica.					Todo o ano letivo 23/24	
6. RESPONSÁVEIS PELA MEDIDA	Elementos da Microrrede CFAC-Avaliação do AETB /Conselho	Pedagógico/For	madora MAIA do CF	AC			

<sup>\*</sup> Com base no Planeamento de Ação Estratégico do PNPSE (Caldeira & Galveias, 2017)









1. FRAGILIDADE/ PROBLEMA A RESOLVER	<ul> <li>Sendo a prova escrita o instrumento de avaliação mais gene de fora as de maior complexidade, existe a necessidade de complexidade das expectativas de aprendizagem.</li> <li>Necessidade de clarificar o que os alunos devem aprender e características e qualidades que o trabalho deve apresentar p</li> </ul>	ampliar e variar os saber fazer. Ou seja,	inst	trumentos de avaliaçã	ăo indo de	esta forma ao encontro d	a variedade e	
				Princípio da melhori	a da qualio	dade das aprendizagens	Х	
2. DESIGNAÇÃO DA		PRINCÍPIOS D		Princípio da diversifi	cação		Х	
MEDIDA 2 /ESTRATÉGIA A	Avaliação por rubricas	AVALIAÇÃO VALORIZADO		Princípio da positivio	lade		Χ	
IMPLEMENTAR		NA MEDIDA		Princípio da transparência			Χ	
				Princípio da integraç	ão curricu	lar	Χ	
3. DESTINATÁRIOS	Todos os Conselhos de Turma (CT) do ensino básico e secundário; alu	nos desses CT.						
4.0BJETIVO(S) A ATINGIR COM A MEDIDA 4.1 MONITORI				MONITORIZAÇÃO (INDICADORES, MEIOS) 4.2			A MEDIDA	
Criar rubricas para as	Nº de rubricas partilhadas por conselho de turma. No míni				nimo, uma rubrica partilhada por conselho de turma.			
transversais (Anexo	de avaliação para as tarefas propostas, aplicando os critérios <b>3)</b> , envolvendo os alunos na sua construção, nomeadamente na rios e na descrição dos desempenhos considerados relevantes para esenvolver.	I NY DE CINCICAS ANIICADAS DAS DITERENTES I				ção das rubricas de avaliação em todas as olinas dos CT que tenham 90 minutos ou mais semanalmente.		
	1- Generalização a todas a turma dos Ensinos Básico e Secundário.	-				Início do ano letivo 2023/2024		
	2- Apoio e formação de professores no âmbito da avaliação pedagóg	gica nomeadamente s	sobi	re a criação de rubrica	ıs.	Ao longo do ano letivo	2023/2024	
5. ATIVIDADE(S) A DESENVOLVER E	3- Em CT, identificação de tarefas comuns definindo-se a prioridade para a construção de propostas de rubricas de avaliação das mesmas.  Ao longo do ano letivo 202							
CALENDARIZAÇÃO	4- Docentes do CT, na sala de aula, constroem conjuntamente com os alunos rubricas de avaliação das tarefas, anteriormente priorizadas, com base nos critérios de avaliação transversais (anexo 4) identificando os seus elementos constitutivos: descrição geral da tarefa que é objeto de avaliação; os critérios; os níveis de descrição do desempenho relativamente a cada critério; e a definição de uma escala que atribui a cada nível de desempenho uma dada menção.						2023/2024	
6. RESPONSÁVEIS PELA MEDIDA	Elementos da Microrrede CFAC-Avaliação do AETB/Conselhos de Dir	etores de Turma/ Coi	nse	lhos de Turma/Conse	ho Pedago	gico/Formadora MAIA do	CFAC.	

<sup>\*</sup> Com base no Planeamento de Ação Estratégico do PNPSE (Caldeira & Galveias, 2017)









1. FRAGILIDADE/ PROBLEMA A RESOLVER	<ul> <li>A autoavaliação dos alunos é efetuada de forma pouco sistemática</li> <li>O processo de autoavaliação dos alunos é pouco reflexivo sobre as</li> <li>O processo de autoavaliação dos alunos contribui pouco para repe</li> </ul>	aprendizagens realiza							
			Princípio da melhor	ia da qualidade das aprendizagens	Х				
2. DESIGNAÇÃO DA  MEDIDA 3  /ESTRATÉGIA A  IMPLEMENTAR		PRINCÍPIOS DE	Princípio da diversif	ficação	Х				
	Envolver os alunos no processo de autoavaliação.	AVALIAÇÃO VALORIZADOS	Princípio da positivi	dade	Х				
		NA MEDIDA	Princípio da transpa	nrência	X				
			Princípio da integra	ção curricular					
3. DESTINATÁRIOS	Professores e alunos do AETB.								
4.OBJETIVO(S) A ATING	IR COM A MEDIDA	4.1 MONITORIZAÇÃO	(INDICADORES, MEIOS)	4.2 META(S) A ALCANÇAR COM	A MEDIDA				
grelha de autoavaliaç • Considerar a grelha aprendizagens.	no seu processo de avaliação, mediante o preenchimento de uma ão que tem por base os critérios transversais (Anexo 5). a de autoavaliação como contributo para a reflexão e melhoria das a de autoavaliação como contributo para a melhoria das estratégias		grelha de auto e as disciplinas e níveis da autoavaliação.	Aplicação de, pelo menos, dois r autoavaliação por período em tod dos CT que tenham 90 minut semanalmente.	as as disciplinas				
5. ATIVIDADE(S) A DESENVOLVER E	cas de <b>Primeiro período do ano le</b>	imeiro período do ano letivo 2023/2024							
CALENDARIZAÇÃO	2- Apoio aos docentes do agrupamento, na construção da grelha de	Primeiro período do ano le	Primeiro período do ano letivo 2023/2024						
6. RESPONSÁVEIS PELA MEDIDA	Elementos da Microrrede CFAC-Avaliação do AETB/Conselhos de Dir	Elementos da Microrrede CFAC-Avaliação do AETB/Conselhos de Diretores de Turma/ Conselhos de Turma/Conselho Pedagógico/Formadora MAIA do CFAC							











# ANEXO I: PROPOSTA DE POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO DO AETB

# Índice

- 1. Avaliação das Aprendizagens Conceção
- 2. Intervenientes na Avaliação Interna
- 3. Articulação com o Projeto Educativo
- 4. Avaliação em Educação: Princípios
- 5. Avaliação Formativa
  - 5.1. Práticas de Avaliação Formativa
  - 5.2. Avaliação Formativa e Feedback
- 6. Avaliação Sumativa
  - 6.1. Práticas de Avaliação Sumativa
  - 6.2. Avaliação Sumativa e feedback
- 7. Princípio da Triangulação
- 8. Diversificação dos Processos de Recolha de Informação
- 9. Avaliação como Negociação e Construção
- 10. Procedimentos Gerais a Considerar a Caraterísticas dos Critérios
- 11. Sobre as Rubricas, suas Características e seus Propósitos
  - 11.1. A Relevância das Rubricas nos Processos Pedagógicos
  - 11.2. Aspetos a considerar na Elaboração de Rubricas
- 12. Autoavaliação
- 13. Avaliação por Pares
- 14. Política de Classificação

### 1. Avaliação das Aprendizagens - Conceção

O foco da ação do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro é proporcionar aprendizagens significativas para todos os seus alunos e o desenvolvimento de competências para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida. Um dos mecanismos para tal é um sistema de avaliação que regule o desenvolvimento das aprendizagens.

Embora o trabalho escolar esteja, por vezes, direcionado para a classificação e certificação, isto é, a atribuição de um juízo de valor, uma notação a uma produção dos alunos usando uma escala sendo pontual, isto é, acontece em determinados momentos definidos no tempo. Neste sistema que se pretende orientado para a promoção das aprendizagens significativas, a avaliação são todas as formas de apreciação de um trabalho escolar. Embora a última possa existir sem a primeira, mas a primeira não pode existir sem a última.

Na avaliação são mobilizadas diferentes técnicas, instrumentos e procedimentos para a recolha de informação que pode ter fins formativos ou sumativos. O que determina se determinada técnica ou instrumento é formativo ou sumativo não é a técnica ou instrumento *per si*, mas o uso que é dado à informação recolhida.

Na avaliação interna, as diferentes formas de recolha de informação sobre as aprendizagens são da responsabilidade dos docentes e dos órgãos de gestão pedagógica do Agrupamento e prosseguem vários objetivos: (i) Informar e sustentar intervenções pedagógicas, reajustando estratégias que conduzam à melhoria da qualidade das aprendizagens, com vista à promoção do sucesso escolar. Considerando a mesma parte integrante da gestão do currículo, pois é com base na avaliação formativa que se tomam decisões pedagógicas ao nível das práticas educativas, assente numa abordagem multinível, com as quais se pretende a melhoria do ensino e das aprendizagens visando o sucesso. Este processo que se pretende contínuo de intervenção pedagógica tem de deixar claro quais são os referenciais de avaliação, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os





procedimentos de avaliação. Sendo de procurar o trabalho colaborativo e inter e transdisciplinar no planeamento, na realização e na avaliação do ensino e das aprendizagens;

- (ii) Aferir a prossecução dos objetivos definidos no currículo. A avaliação tem como objeto a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento das competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, para tal deve mobilizar procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados e adequados às finalidades a que se propõem;
- (iii) E, certificando as aprendizagens, a avaliação serve como elemento orientador do percurso escolar, onde a sua função de certificação, que é expressa numa escala de avaliação e ainda na decisão de aprovação ou transição de ano escolar, está bem presente nos diferentes atores educativos.

# 2. Intervenientes na Avaliação Interna

Intervêm na avaliação das aprendizagens todos os elementos com competência no processo: professores, tutores e membros de júris, tendo particulares responsabilidades o professor titular de turma, no 1º ciclo, e os professores que integram os conselhos de turma, nos 2º 3º ciclos do ensino básico e secundário.

Devem ainda ser chamados a participar de forma informada, no processo de avaliação das aprendizagens, os alunos, pais e encarregados de educação, provendo para tal, de forma sistemática, a partilha de informações, o envolvimento e a responsabilização dos vários intervenientes.

# 3. Articulação com o Projeto Educativo

No projeto educativo, inscrita no plano estratégico, propõe-se o agrupamento, na Meta 1, "Reforçar as condições facilitadoras para a formação integral de cidadãos responsáveis, críticos e participativos." Das diversas estratégias/ações a desenvolver destacamos aqui, pelo seu efeito integrador, a "Promoção da cidadania plena através de atividades inter e transdisciplinares."

Na Meta 2, "Promover o sucesso académico", estão determinadas um conjunto estratégias/ações variado para promover esse sucesso académico que se quer para todos. Passamos a referir as que referem explicitamente a avaliação: "Desenvolvimento das práticas de avaliação diversificadas e adaptadas ao grau de complexidade do que é avaliado"; "Definição das práticas pedagógicas em função da avaliação formativa"; "Comunicação e explicitação aos alunos e respetivos encarregados de educação dos critérios de avaliação"; "Divulgação prévia, à aplicação dos instrumentos de avaliação, dos conteúdos a avaliar e comunicação atempada dos seus resultados aos encarregados de educação"; e, Envolvimento dos encarregados de educação no processo formativo dos seus educandos. Decorrentes dos resultados da avaliação temos a "Elaboração de planos de acompanhamento pedagógico a alunos que revelem divergências relativamente às aprendizagens a adquirir"; e, a "Renovação das metodologias de ensino/ aprendizagem, reinventando novas aplicações das tecnologias".

# 4. Avaliação em Educação: Princípios

Sendo a avaliação um processo eminentemente pedagógico, a mesma deve orientar-se por princípios orientadores, servindo os mesmos para organizar as práticas avaliativas tendo em vista a melhoria das aprendizagens dos alunos. A avaliação no AETB assenta em 5 princípios orientadores, para seleção das técnicas e definição dos instrumentos a utilizar. Não sendo necessário que os 5 princípios estejam presentes em todos os instrumentos de avaliação, deve existir o cuidado de incorporar o maior número possível de forma individual e que no cômputo geral dos instrumentos utilizados para cada disciplina estejam todos presentes. A saber:

- Princípio da transparência;
- Princípio da melhoria da aprendizagem;
- Princípio da integração curricular;
- Princípio da positividade;





• Princípio da diversificação.

# 5. Avaliação Formativa

A avaliação é formativa se assegura informação que sustenta os processos de formação se vão adequando às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às diferenças individuais, conduzindo à melhoria da qualidade das aprendizagens e promovendo o sucesso escolar.

A avaliação formativa tem um papel fundamental na melhoria das aprendizagens de todos os alunos. A sua utilização sistemática deve permitir que os alunos conheçam bem:

- a) o que têm de aprender no final de um dado período de tempo;
- b) a situação em que se encontram quanto às aprendizagens que têm de desenvolver;
- c) os esforços que têm de fazer para aprenderem o que está previsto e descrito nos documentos curriculares."

"Se bem que a avaliação formativa seja essencialmente um processo contínuo e interativo, por questões de operacionalização podemos distinguir, no entanto, vários momentos.

Considera-se assim que, antes de desencadear um processo de ensino aprendizagem, a avaliação formativa permite diagnosticar, à partida, a situação dos alunos e decidir a orientação a tomar no desenvolvimento desse processo.

Durante o processo de ensino-aprendizagem, através de uma interação contínua, é possível clarificar com os alunos os níveis de exigência e definir e desenvolver medidas de reajustamento, com base na interpretação fundamentada das dificuldades e dos êxitos, permitindo assim uma maior diferenciação das aprendizagens.

Fala-se ainda em avaliação formativa quando, após pequenos períodos de aprendizagem, se analisam os seus produtos, permitindo, se necessário, proceder a uma reorientação do trabalho.

Finalmente, depois de um período mais longo, a avaliação formativa permite fazer um balanço das aprendizagens, possibilitando reorganizar atividades/tarefas conforme as diferentes necessidades dos alunos.

Desta maneira, torna-se evidente que a aprendizagem não é armazenamento de noções e processos, mas uma procura, um movimento em espiral, regulado pela avaliação formativa."

Através da avaliação formativa os docentes recolhem informações que lhes permitem fornecer um feedback de qualidade aos seus alunos apoiando-os nos seus esforços de aprendizagem. A avaliação formativa implica que nas atividades/tarefas propostas os alunos participem de forma ativa.

#### 5.1. Práticas de Avaliação Formativa

A avaliação formativa articula o ensino realizado pelos docentes, com as aprendizagens que os alunos têm de desenvolver e que ambos avaliem o trabalho realizado contribuindo para a plena integração de todos os alunos na vida e tarefas escolares.

Sendo as tarefas/atividades meios de crucial importância para a recolha de informação é necessário diversificar os processos de recolha de informação evitando privilegiar qualquer um deles, pois todos os instrumentos, têm vantagens e desvantagens.

Os processos de recolha de informação podem incluir, entre outros, elaboração de sínteses escritas, a resolução de problemas, a recolha de informação e a realização de experiências, testes, as listas de verificação, as observações, as rubricas de avaliação e de classificação, apresentações orais e os inquéritos por questionário e entrevista.

### 5.2. Avaliação Formativa e Feedback

Como a avaliação formativa se constitui como uma atividade contínua e integrada nos processos de ensino e aprendizagem, assente em informação pertinente, sistemática e organizada, implica processos de regulação e de autorregulação. Assim, a avaliação formativa assenta no feedback fornecido aos alunos. O feedback deve conter orientações sistemáticas e avaliações dos trabalhos e dos desempenhos dos alunos "que os ajudem a melhorar as





suas aprendizagens, que os estimulem e que os motivem a ir tão longe quanto possível, quer reconhecendo os seus progressos e sucessos, quer ajudando a ultrapassar os seus pontos fracos" (Fernandes, 2005, p. 83).

Como o feedback se pretende eficaz, então o mesmo "responde a três questões: Para onde é que eu vou? – Feed Up; Como é que eu vou? – Feed Back; Para onde é que eu vou a seguir? –Feed Forward

O feed up (Para onde é que eu vou?) - tem como principal objetivo clarificar os objetivos de aprendizagem, bem como os critérios a partir dos quais professores e alunos desenvolvem processos de regulação e autorregulação, numa lógica formativa.

O feed back (como é que eu vou?) - é uma informação que resulta da avaliação do progresso dos alunos e que, em consequência, sugere as ações que devem adotar para atingir os objetivos pretendidos

O feed forward (para onde é que eu vou a seguir?) - ocorre quando a informação recolhida é utilizada, também, para o professor melhor preparar e planificar as futuras atividades de ensino e aprendizagem."

Em contexto escolar, o feedback eficaz é aquele que atende às necessidades de cada aluno individualmente considerando-o inserido num determinado contexto de aprendizagem.

O feedback implica que o professor esteja disponível para criar novas possibilidades de aprendizagem e de novas oportunidades de evidenciação das mesmas.

A utilização de forma competente na avaliação formativa, contribui de forma significativa para as aprendizagens dos alunos, por fornecer, no plano cognitivo, informação que eles precisam para compreenderem onde estão e o que precisam de fazer a seguir; no plano motivacional, desenvolve o sentimento de controlo sobre a sua própria aprendizagem e desta forma aumenta o envolvimento dos alunos em processos cada vez mais eficazes de autorregulação.

# 6. Avaliação Sumativa

Do mesmo modo que a avaliação formativa, a avaliação sumativa também tem um papel muito importante no processo de aprendizagem dos alunos. Contudo, estas duas modalidades, ainda que complementares, são por natureza diferentes. Enquanto a avaliação formativa é tendencialmente contínua a avaliação sumativa é pontual, acontecendo em determinados momentos permitindo efetuar um balanço, ou ponto de situação sobre o que os alunos sabem e são capazes de fazer, acontecendo após os processos de ensino e aprendizagem e não durante os mesmos.

Isto significa que um dos propósitos da avaliação sumativa é recolher informação no sentido de formular um juízo acerca do que os alunos aprenderam, atribuindo-lhes, ou não, uma classificação. Dito de outra forma, a avaliação sumativa permite recolher, de forma pensada e deliberada, informações consideradas indispensáveis para classificar os alunos. Contudo, existem formas de avaliação sumativa que se aproximam da avaliação formativa e dos seus propósitos. Quando, por exemplo, se administrar um teste, cujos resultados não sejam utilizados para a classificação de final de período. Neste caso, estamos perante uma utilização formativa de uma avaliação sumativa, usada para fazer pontos de situação e distribuir feedback de qualidade aos alunos. Estando aqui perante uma avaliação sumativa que está ao serviço da melhoria do ensino e das aprendizagens tal como a avaliação formativa.

#### 6.1. Práticas de Avaliação Sumativa

Pelo acima exposto, podemos então afirmar que a avaliação formativa e a avaliação sumativa, não se distinguem pelos processos de recolha de informação ou pelos instrumentos de avaliação. O que verdadeiramente difere é a sua utilização. Se os resultados servirem para classificar os alunos, estamos perante uma avaliação sumativa com fins classificatórios. Se servirem para transmitir feedback aos alunos, permitindo-lhe a autorregulação estamos perante uma avaliação sumativa sem fins classificatórios. As informações obtidas através das avaliações formativas não deverão ser utilizadas para atribuir classificações aos alunos.





Nas práticas de avaliação (mormente na sumativa cujos resultados são utilizados para atribuir classificações aos alunos) é sempre necessário definir critérios de avaliação, constituindo estes referenciais de aprendizagem, definidos aquando da planificação do ensino, devendo ser do conhecimento dos alunos.

Nas práticas de avaliação sumativa, quando se formulam questões, independentemente do processo de recolha de dados, deve ter-se em conta as seguintes recomendações:

- "1. As questões devem ser consistentes com o que foi ensinado, isto é, não deverão ser formuladas questões cujo conteúdo não foi devidamente trabalhado com os alunos.
- 2. Relativamente a um determinado conteúdo, devem ser formuladas questões com graus diferenciados de dificuldade.
- 3. Deve haver uma congruência entre o nível de dificuldade das questões formuladas e o nível de dificuldade que foi abordado durante o processo de ensino.
- 4. Não devem ser formuladas questões que exijam dos alunos a mobilização de conhecimentos, capacidades ou procedimentos que não foram devidamente tratados nas aulas.
- 5. As perguntas devem ser escritas de forma muito clara, assegurando que todos os alunos compreendem o que se pretende.
- 6. As questões formuladas não podem ser ambíguas, ou seja, os alunos deverão compreender exatamente o que se pretende.
- 7. Deve poder garantir-se que o que se pergunta permite avaliar as aprendizagens que realmente se pretendem avaliar.
- 8. Devem ser utilizadas diferentes tipologias de perguntas (por exemplo, perguntas de escolha múltipla; perguntas de ordenação; perguntas de associação; perguntas de verdadeiro/falso; perguntas de resposta curta; perguntas de resposta longa)."

Ainda que as recomendações, acima referidas, sobre a elaboração de questões sejam importantes, é igualmente <u>importante diversificar os processos de recolha de informação</u>. Deverão ainda ser implementadas diferentes dinâmicas de trabalho (por exemplo, trabalho individual, trabalho em pequenos grupos, trabalho com outro colega, trabalho no grande grupo).

#### 6.2. Avaliação sumativa e feedback

O feedback na avaliação sumativa: é mais global e integrado; é realizado no fim; é mais sintético do que analítico; e, apresenta a natureza de um balanço pontual que pode revestir-se de muita utilidade para os alunos.

A avaliação sumativa com fins classificatórios é também uma forma de feedback, pois:

- fornece uma informação através da qual situa o aluno numa escala adotada, muitas vezes com uma carga valorativa muito forte;
- contudo, é um feedback muito pobre, com um carácter eminentemente normativo, que não orienta de forma precisa e adequada os alunos;
  - e os alunos tendem a ignorar o feedback quando, ao mesmo tempo, são dadas notas.

Embora o sistema educativo seja de natureza classificatória, os docentes, no sentido de melhorarem as intervenções pedagógicas e de melhorarem a qualidade das aprendizagens, a sua ação deve seguir duas linhas de ação:

- enriquecer e aumentar o significado das notas através, nomeadamente, do recurso a critérios e a rubricas dando aos alunos a possibilidade de compreender a que corresponde o seu patamar de desempenho;
- desenvolver estratégias e práticas que evitem que a avaliação se reduza à atribuição de notas, partindo do pressuposto de que tudo o que os alunos fazem deve ser, sempre e apenas, classificado.

No desenvolvimento da avaliação sumativa importa também considerar a classificação na sua dimensão formativa, para que também ela contribua para mais e melhores aprendizagens dos alunos.





# 7. Princípio da Triangulação

Sendo a avaliação um processo subjetivo, para que este seja o mais rigoroso possível e traduza o que os alunos sabem e são capazes de fazer, deve procurar-se a triangulação.

Na impossibilidade de avaliar tudo o que o aluno sabe e é capaz de fazer, avaliam-se amostras dos seus desempenhos relativos aos conteúdos dos domínios/temas previstos no currículo nacional, através de uma diversidade de atividades/tarefas ou propostas de trabalho.

A avaliação não é uma ciência exata, qualquer que seja o processo de recolha de informação utilizado, pois nenhum processo de recolha de informação garante a avaliação exata e objetiva de todas as aprendizagens e competências dos alunos num determinado domínio do currículo.

Por isso, é importante que a recolha de informação possa ser diversificada e realizada através de uma diversidade de técnicas e instrumentos de recolha de informação para que se possa avaliar as aprendizagens e competências previstas no currículo nacional, com algum rigor e fiabilidade.

A partilha dos diferentes intervenientes na avaliação dos alunos contribui para o aumento da qualidade e rigor da apreciação das aprendizagens e competências. Nesta triangulação das diferentes perspetivas de diferentes avaliadores, acerca dos alunos, assumem especial importância os conselhos de turma. Será desejável que esta triangulação conte com a participação de outros intervenientes como os encarregados de educação e os alunos.

É igualmente importante que exista a possibilidade de avaliar e distribuir feedback numa diversidade de contextos e diferentes períodos de tempo, tais como, por exemplo, as visitas de estudo.

A diversidade de alunos impõe a diversificação dos processos de recolha de informação, pois só desta forma se reduz a sensibilidade das avaliações à referida heterogeneidade dos alunos, contribuindo para a inclusão de todos.

# 8. Diversificação dos Processos de Recolha de Informação

Não se conhece nenhum instrumento que produza uma medida exata das aprendizagens dos alunos. Por outro lado, a designação de instrumento remete-nos para a visão clássica, dos processos de recolha de informação avaliativa, sistematizada por Tenbrink (1974). Este autor considerou quatro técnicas de recolha de informação (Inquérito, Observação, Análise e Testes) e, para cada uma delas, uma diversidade de instrumentos, que vão desde os inquéritos por questionário e por entrevista, no caso da técnica do Inquérito, a diferentes tipos de testes, no caso dos Testes, passando por grelhas de observação e listas de verificação, no caso da Observação, e pela análise de conteúdo, no caso da Análise.

Os processos informais e pouco estruturados de recolha de informação podem e devem constituir uma parte importante do sistema de avaliação utilizado nas salas de aula (e.g., diálogos, observações, formulação de questões), devendo o seu registo ser tão simplificado quanto possível.

Para além desses é necessário implementar atividades/tarefas que permitem, ensinar, aprender e avaliar integradamente (e.g., problemas, produção de uma diversidade de textos, conceção e desenvolvimento de pesquisas, produção de relatórios, utilização de instrumentos).

Na avaliação é sempre necessário recolher informação para se poder distribuir feedback e/ou poder fazer balanços acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento.

# 9. Avaliação como Negociação e Construção

Da continuidade entre os processos de ensino e de avaliação, sendo o primeiro ajustado de acordo com os resultados do segundo, assume-se a valorização da relação entre avaliador e avaliado. A avaliação das aprendizagens regula e faz parte integrante do ensino e aprendizagem, realçando-se o seu carácter formativo.

A partilha de informação e a negociação entre todos os intervenientes deve acontecer, tendo aqui o feedback um papel fulcral nesse processo.





A avaliação deve ter em conta o contexto e os processos cognitivos, sociais e culturais, proporcionando a construção social do conhecimento onde impera a diversificação de estratégias, técnicas e instrumentos de avaliação das aprendizagens bem como o recurso a métodos preponderantemente de carácter qualitativo na procura de uma maior e melhor regulação das aprendizagens e não à sua classificação ou julgamento através de métodos quantitativos (Fernandes, 2005, 2015).

#### 10. Procedimentos Gerais a Considerar e Caraterísticas dos Critérios

Sendo os critérios as características que nos permitem avaliar a qualidade das aprendizagens, mas que não fazem referência a essa qualidade, é necessário definir as descrições de qualidade, desempenho ou de consecução.

Assim sendo, os critérios e as descrições de desempenho, que deverão ser tão simples e breves quanto possível definindo o nível de qualidade numa tarefa de avaliação, são de enorme importância para que alunos compreendam o que é expetável que aprendam e o que é tido em conta na avaliação do seu trabalho e os docentes podem distribuir feedback de qualidade aos alunos. Sendo os critérios afirmações produzidas a partir do currículo que identificam o que se consideram ser as características ou atributos do desempenho dos alunos, ou seja, algo que todos os alunos devam saber ou sejam capazes de saber.

Na definição dos critérios e dos seus níveis de desempenho, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- "1. Analisar o que se espera que os alunos devem saber e ser capazes de fazer tendo por referência o currículo e todos os seus elementos ou componentes.
- 2. Definir critérios (características fundamentais) a partir das aprendizagens a realizar. Deve ficar claro o que os alunos devem ser capazes de fazer nas propostas de trabalho, ou nas tarefas, que lhes são propostas. A definição dos critérios deve ser fruto de um trabalho colaborativo entre os docentes sendo certo que normalmente é um processo que exige um esforço de consensualização.
- 3. Selecionar as tarefas ou propostas de trabalho e os procedimentos de recolha de informação que permitam avaliar tão rigorosamente quanto possível o que os alunos devem saber e ser capazes de fazer através dessas tarefas.
- 4. Ter em conta níveis da qualidade do desempenho dos alunos (por exemplo, muito claro, claro, pouco claro, muito confuso; muito profundo, profundo, pouco profundo, sem qualquer profundidade). No fundo trata-se de definir a qualidade do que os alunos sabem e são capazes de fazer na tarefa que lhes é proposta.
- 5. Encontrar formas de moderação entre os docentes de forma a ser claro para todos o significado de cada critério e dos respetivos níveis de desempenho. Desta forma contribuísse para melhorar a qualidade das avaliações internas e, consequentemente, a sua credibilidade.
- 6. Informar os alunos de forma muito clara, através de exemplos, como são avaliados os seus desempenhos nas tarefas que lhes vão sendo propostas. A informação deverá ser fornecida antes de cada tarefa."

Os critérios apresentam algumas características que são fundamentais para que se possam utilizar em diversos processos de recolha de informação, como é o caso das rubricas de avaliação.

#### 11. Sobre as Rubricas, suas Características e seus Propósitos

O uso de rubricas constitui-se como um procedimento para apoiar a avaliação da diversidade de produções e desempenhos dos alunos, ajudando os alunos e docentes a avaliar a qualidade do que é preciso aprender e saber fazer.

As rubricas são constituídas por um conjunto de critérios, que se considera ser o que os alunos devem aprender, e, para cada um deles, um número de descrições de desempenho. Assim, para cada critério é definido um número de níveis de desempenho, que pode variar, fornecendo orientações claras, para que os alunos se possam autorregular nas aprendizagens que têm de desenvolver.





As rubricas tanto podem ser utilizadas na avaliação formativa como na sumativa. Na avaliação formativa elas permitem distribuir feedback de qualidade, na avaliação sumativa as mesmas possibilitam que, num dado momento, se possa fazer um balanço ou um ponto de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer. Deste modo, as rubricas podem contribuir para apoiar os alunos nas suas aprendizagens e os docentes no ensino.

Na utilização das rubricas na avaliação sumativa, podendo a mesma ter propósitos classificativos, devemos considerar ainda um terceiro elemento, os standards. Os standards são a pontuação atribuída, numa determinada escala, a uma descrição de desempenho. Podendo variar em termos de eficácia e utilidade, a utilização das rubricas em função do objeto de avaliação, contudo a sua utilização pode contribuir para melhorar a consistência, o rigor e, em geral, a qualidade da avaliação realizada.

#### 11.1. A relevância das rubricas nos processos pedagógicos

As rubricas permitem explicitar o que os alunos devem aprender e saber fazer e devem ser partilhadas entre os docentes e os alunos. Isto é, ficar claro para ambos quais as características e qualidades, que o trabalho deve ter, para demonstrar as aprendizagens.

As rubricas, para além de ajudar os alunos a aprender e os professores na tarefa de ensinar, permitem que ambos avaliem o trabalho realizado. Na construção de uma rubrica devemos ter especial atenção aos critérios através dos quais as aprendizagens vão ser avaliadas. Logo, o foco está nas aprendizagens a desenvolver, no que os alunos têm de aprender e saber fazer e menos nas tarefas que os docentes têm de fazer.

#### 11.2. Aspetos a considerar na elaboração de rubricas

Uma "rubrica de avaliação, em geral, inclui quatro elementos: a) a descrição geral da tarefa que é objeto de avaliação; b) os critérios; c) os níveis de descrição do desempenho relativamente a cada critério; e d) a definição de uma escala que atribui a cada nível de desempenho uma dada menção."

A descrição geral da tarefa deverá indicar, de uma maneira genérica qual o objeto de avaliação, por exemplo: participação no trabalho de grupo, manipulação do microscópio, desenho de uma instalação e apresentação oral.

As descrições dos níveis de qualidade do desempenho devem ser definidas partindo do elevado nível para um nível mais baixo. Relativamente aos standards, para além das escalas numéricas, podemos igualmente utilizar escalas qualitativas.

#### 12. Autoavaliação

A autoavaliação deve consistir na participação ativa dos alunos na construção e gestão do processo de ensino e aprendizagem, na análise dos erros cometidos, no registo das aprendizagens conseguidas, na determinação e planeamento das aprendizagens que ainda falta realizar.

O aluno deve ser convocado a realizar uma apreciação crítica não só do seu trabalho como também do seu processo de aprendizagem, para que o mesmo identifique e compreenda as etapas do processo de aprendizagem e analise e compreenda os erros e sucessos alcançados. Desta forma, o aluno, através da autoavaliação, regula a sua aprendizagem, antecipando as operações a realizar para que determinada aprendizagem se verifique, identificando os erros cometidos durante o percurso e procurando ativamente soluções.

Assim, pretende-se que autoavaliação seja mais que a coavaliação, divisão de responsabilidades na avaliação sumativa, e a autocorreção comparando o resultado obtido com um produto tipo. O aluno deve debruçar-se no processo de aprendizagem no sentido de o poder regular. Para que os alunos possam realizar a autoavaliação, os mesmos devem: (i) apropriar-se dos critérios de avaliação; (ii) fazer uma autogestão progressiva dos erros; (iii) e ter domínio dos instrumentos de antecipação e planificação.

Assim, os docentes devem desenvolver as seguintes práticas pedagógicas:





- Explicitação das aprendizagens a desenvolver. Através de uma linguagem acessível, de acordo com o ano de escolaridade, que os alunos sejam informados sobre os conhecimentos e que competências, atitudes e valores a desenvolver:
- Clarificação dos critérios de avaliação. A divulgação e a explicitação junto dos alunos dos critérios de avaliação, com a discussão dos mesmos de forma a que, ao longo do processo de ensino aprendizagem, a representação que ambos têm dos critérios seja coincidente;
- Uma relação pedagógica assente na reciprocidade e na partilha. Trata-se da construção, em comum, do processo de ensino-aprendizagem, com base no diálogo e na "negociação" de todos os momentos que o constituem: definição das tarefas de aprendizagem e critérios de avaliação. É ainda necessário fornecer feedback de qualidade sobre a autoavaliação realizada e o encorajamento dos alunos na utilização da informação advinda desse feedback por forma a melhorar o seu desempenho.

# 13. Avaliação por Pares

A avaliação feita pelos pares é o processo através do qual os alunos descrevem o desempenho ou a realização de determinada tarefa pelos seus colegas/pares, segundo critérios previamente definidos, devendo fornecer feedback em termos de análise crítica e de recomendações.

Este tipo de avaliação possibilita que os alunos se sintam integrados no processo de avaliação, tendo, desta forma, uma melhor compreensão sobre os critérios de avaliação. Permite, ainda, que os alunos experienciem a sua própria abordagem na tarefa de avaliação das aprendizagens em comparação com os seus pares.

# 14. Política de Classificação do Agrupamento

#### Política de Classificação do Agrupamento

Todo e qualquer processo de recolha de informação pode ser utilizado quer nas práticas de avaliação sumativa quer nas práticas de avaliação formativa. O que realmente é diferente é a *utilização* que se faz dos resultados obtidos. Se os resultados forem utilizados para classificar os alunos, então estamos perante uma **avaliação sumativa com propósitos classificatórios**. Se, por outro lado, forem utilizados para dar *feedback* aos alunos, dando-lhes orientações que lhes permitam regular e autorregular as suas aprendizagens, então estamos perante uma **avaliação sumativa sem fins classificatórios**.

Sendo que, *classificar* é, assim, aplicar um algoritmo, um procedimento aritmético a partir das ponderações atribuídas aos domínios/temas, de acordo com os processos de recolha de informação explicitados, para cada disciplina, que resulta na atribuição de um número de uma dada escala.

#### Regras para a Classificação dos Desempenhos dos Alunos

No AETB aplicam-se as seguintes regras para a realização de avaliações sumativas orientadas para a atribuição de classificação aos alunos:

- 1. A avaliação sumativa no final do período ou módulo, em cada domínio/tema resulta sempre da aplicação dos critérios de avaliação transversais. Nos Ensinos Básico e Secundário Profissional o critério de "Comprometimento com a Aprendizagem" tem uma ponderação de 30% da avaliação final e no Ensino Secundário nos Cursos Científico-Humanísticos de uma ponderação de 20%. A ponderação relativa aos critérios transversais "Conhecimento Científico" e "Aplicação de Conhecimentos" é da responsabilidade do professor tendo em conta a disciplina e o nível de ensino, depois de deduzida a ponderação do critério "Comprometimento com a Aprendizagem".
- 2. Em cada período, deverá ser operacionalizada, no mínimo, uma rubrica, em todas as disciplinas que tenham 90 minutos ou mais semanalmente, com utilização sumativa orientada para a classificação, por domínio trabalhado, sendo que, para cada domínio em que o aluno não tenha conseguido, no período a que se reporta





o balanço, ultrapassar as suas dificuldades, é necessário prever, momentos em que os dados obtidos são analisados para distribuir feedback pelos alunos, tendo em vista a regulação e autorregulação das suas aprendizagens (utilização formativa dos dados de avaliação sumativa) e em que os alunos são chamados a mostrar os seus progressos.

- 3. As tarefas com utilização sumativa orientada para a classificação deverão ser calendarizadas com os alunos e registadas na plataforma GIAE.
- 4. As rubricas só deverão ser utilizadas para avaliação sumativa orientada para a classificação depois de feita a sua apropriação pelos alunos, podendo para tal recorrer a situações de avaliação formativa e sumativa não usada para a classificação.
- 5. Nas práticas de avaliação sumativa cujos resultados são utilizados para atribuir classificações aos alunos, é necessário fazer corresponder aos diferentes níveis de desempenho dos critérios de avaliação um padrão (standard) que permita determinar o nível de consecução de cada critério, escolher um processo de recolha de informação que permita medir as aprendizagens alcançadas, e, finalmente, analisar estes resultados para poder tomar decisões. A escala a utilizar deve resultar um total de 200 pontos/20 valores nos Cursos Científico-Humanísticos e Ensino Profissional, de 100% no Ensino Básico.
- 6. Estes dados de avaliação sumativa orientada para a classificação deverão ser registados num ficheiro Excel, do qual deverá ser produzido um PDF da folha "AvG" que será enviada, por cada professor, a cada professor titular de turma (PTT)/ diretor de turma (DT), antes de cada CD/CT.
- 7. Os dados de avaliação sumativa orientados para a classificação deverão seguir o princípio da diversificação, pelo que o professor deverá utilizar pelo menos duas técnicas de avaliação por período.
- 8. Os critérios de avaliação e as ponderações por domínio são operacionalizados pelo PTT/CT, que analisa as classificações propostas por cada professor relativamente à disciplina que leciona, sendo a estrutura responsável pela classificação atribuída ao aluno no final de cada período.
- 9. Nas práticas de avaliação sumativa cujos resultados são utilizados para atribuir classificações aos alunos deve ser explicitada a cotação obtida pelos alunos, sendo a seguinte a correspondência entre as escalas qualitativa e quantitativa:

Nível de Ensino	Menções/Níveis/Classificações								
1º CEB	<b>Muito Bom</b>	<b>Bom</b>	(Suficiente)	Insuficiente					
	90 – 100 %	70 – 89 %	50 – 69 %	0 – 49 %					
2º e 3º CEB	(5) – Excelente	(4) Satisfaz Bastante	(3) – Satisfaz	(2) – Não Satisfaz	(1) – Não Satisfaz				
	90 – 100 %	70 – 89 %	50 – 69 %	20 – 49 %	0 – 29 %				
Secundário	(18/20) – Excelente 180 – 200 %	(14/17) - Satisfaz Bastante 140 – 170 %	(10/13) – Satisfaz 100 – 130 %	<b>(8/9) - Não Satisfaz</b> 80 – 90 %	(0/7) – Reduzido 0 – 70 %				

- 10. A classificação de final de cada período letivo e ano resulta do juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, assegurando-se o CT de que foram dadas aos alunos oportunidades de recuperar aprendizagens não realizadas, tal como explicitado no ponto 1 destas regras de classificação dos desempenhos dos alunos
- 11. O algoritmo para atribuição da classificação de cada período/ano, no Ensino Básico e nos Cursos Científico-Humanísticos é o seguinte:
  - 1.ºP − o valor mínimo a considerar na classificação do aluno é a média ponderada dos resultados obtidos nas avaliações sumativas de cada domínio/tema.
  - 2.ºP o valor mínimo a considerar na classificação do aluno é a média ponderada dos resultados obtidos nas avaliações sumativas de cada domínio/tema, no 2.º período.





3.ºP - o valor mínimo a considerar na classificação do aluno é a média ponderada dos resultados obtidos nas avaliações sumativas de cada domínio/tema, em todo o ano letivo.

#### Deve ainda ser considerada:

- a) aquando da análise do perfil global do aluno, a sua participação empenhada em projetos abertos a todos os discentes devendo a mesma ser valorizada;
- b) na proposta de classificação final do aluno, deve incluir também os aspetos relacionados com a regularidade, consistência e progressão das suas aprendizagens.
- 12. A classificação do ano será, em cada disciplina, no Ensino Básico e nos Cursos Científico-Humanísticos, a do 3.º período e no Ensino Profissional no final de cada módulo.







### **ANEXO 2**

AGRUPAMENTO DE ESCULAS TERRAS DE BOURO	Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro Técnicas/Instrumentos de recolha de dados									
	<u>Técnicas</u>									
	Inquérito	Observação	Análise de conteúdo	Testagem						
Instrumentos	- Questionários orais/escritos sobre perceções e/ou opiniões; - Entrevistas Outros.*	- Grelhas de observação de apresentações orais; - Grelhas de observação de comportamento, autonomia, participação nas aulas, relacionamento interpessoal; - Grelhas de observação de realização de uma atividade laboratorial/experimentais; - Lista de verificação de realização de uma atividade; - Lista de verificação de tarefas propostas; - Grelhas de observação direta Outros.*	<ul> <li>Portefólios;</li> <li>Webfólios;</li> <li>Relatórios de atividades;</li> <li>Trabalhos de pesquisa/ investigação/projeto;</li> <li>Composições;</li> <li>Caderno diário;</li> <li>Reflexões críticas.</li> <li>Trabalhos de grupo/individuais</li> <li>Outros.*</li> </ul>	- Testes escritos; - Fichas - Testes orais; - Testes digitais; - Questões temáticas; - Questões de aula Outros.*						

<sup>\*</sup>Dando cumprimento ao Decreto Lei nº54/ 2018





#### **ANEXO 3**



# Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro

# Critérios de Avaliação

				DESCRITORES DE DESEMPENHO*					
CRITÉRIOS	1º CEB	Muito Bom	Bom	(Suficiente)	Insuficiente (2) – Não				
TRANSVERSAIS AETB	2º e 3º CEB	(5) - Excelente	(4) Satisfaz Bastante	(3) - Satistar		( 1) - Não Satisfaz			
ALID	Secund ário	18/20	14/17	10/13	(8/9)	(0/7)			
		Compreende plenamente os conteúdos abordados nas aulas.		Compreende parcialmente os conteúdos abordados nas aulas .		Não compreende os conteúdos abordados nas aulas			
Conhecimento		Relaciona plenamente os conhecimentos novos com os que já tinha aprendido.	Nível Intermédio	Relaciona parcialmente os conhecimentos novos com os que já tinha aprendido.	Nível Intermédio	Não relaciona os conhecimentos novos com os que já tinha aprendido.			
científico		Exprime com total clareza as suas ideias.	intermedio	Exprime alguma clareza as suas ideias.	intermedio	Não exprime alguma das suas ideias.			
		Exprime-se com total correção linguística.		Exprime-se com alguma correção linguística.		Exprime-se sem correção linguística.			
Aplicação dos		Resolve todos os exercícios práticos sobre os conteúdos abordados.		Resolve alguns exercícios práticos sobre os conteúdos abordados.		Não resolve os exercícios práticos sobre os conteúdos abordados.			
		Aplica plenamente os conhecimentos a novas situações apresentadas.	Nível	Aplica parcialmente os conhecimentos a novas situações apresentadas.	Nível	Não aplica os conhecimentos a novas situações apresentadas.			
conhecimentos	Exprime fundamentadamente as ideias de acordo com o solicitado.		Intermédio	Exprime de forma pouca fundamentação as ideias de acordo com o solicitado.	Intermédio	Não se exprime de forma fundamentada as ideias de acordo com o solicitado.			
		Aplica plenamente o vocabulário específico.		Aplica parcialmente o vocabulário específico		Não aplica o vocabulário específico.			
		Respeita-se e respeita os outros plenamente.		Respeita-se e respeita os outros parcialmente.		Não se respeita e não respeita os outros.			
		Age eticamente, com plena consciência da obrigação de responder pelas suas ações.		Age com pouca ética, com parcial consciência da obrigação de responder pelas suas ações.		Não age com ética e é inconsciente da obrigação de responder pelas suas ações.			
		Pondera sempre as suas ações e em função do bem comum.		Pondera parcialmente as suas ações e em função do bem comum.		Não pondera as suas ações e em função do bem comum.			
		Apresenta sempre o trabalho bem feito e com rigor.		Apresenta algumas vezes o trabalho bem feito e com algum rigor.		Não apresenta o trabalho.			
Comprometimento		É sempre pontual no cumprimento das tarefas.	Nível	É parcialmente pontual no cumprimento das tarefas.	Nível Intermédia	Não é pontual no cumprimento das tarefas.			
com a		Apresenta sempre o material necessário.	Intermédio	Apresenta algum do material necessário.	Intermédio	Não apresenta o material necessário.			
aprendizagem		Cumpre plenamente as tarefas.		Cumpre parcialmente as tarefas.		Não cumpre as tarefas.			
		Demonstra o pensamento reflexivo, crítico e criativo.		Demonstra algumas vezes o pensamento reflexivo, crítico e criativo.		Não demonstra o pensamento reflexivo, crítico e criativo.			
		É plenamente interventivo, tomando a iniciativa.		É parcialmente interventivo, tomando pouca iniciativa.		Não é interventivo, nunca tomando a iniciativa.			
		Colabora empenhadamente nas atividades de		Colabora com pouco empenho nas atividades de		Não colabora nas atividades de grupo.			
		grupo.		grupo.					

• Exemplos de descritores de desempenho







#### **ANEXO 4**

					Descritores**		
Critérios de	Avaliação	1º CEB	Muito Bom	Bom	(Suficiente)		Insuficiente
		2º e 3º CEB	(5) - Excelente	(4) Satisfaz Bastante	(3) - Satisfaz	( 2 ) – Não Satisfaz	( 1) - Não Satisfaz
TRANSVERSAIS AO AE	DA TAREFA	Secundário	18/20	14/17	10/13	(8/9)	(0/7)
Conhecimento científico *							
Aplicação dos conhecimentos							
Comprometimento com a aprendizagem ***				Nível Intermédio		Nível Intermédio	

<sup>\*</sup> A ponderação deve ser negociada com os alunos, tendo em conta a atividade e o nível de ensino.

<sup>\*\*</sup> Os descritores devem ser definidos conjuntamente com os alunos tendo por referência os critérios de avaliação transversal bem como a atividade e o nível de ensino.

<sup>\*\*\*</sup> Ponderação de 30% no ensino Básico e Secundário profissional e de 20% no Ensino Secundário nos cursos Científico-Humanísticos





#### **ANEXO 5**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TERRAS DE BOURO	

# Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro

Ficha de autoavaliação do aluno		
I Ficha de alifoavallação do allino		
i icha ac aatoavanação ao alano		

Disciplina de :

Preenche os espaços: 1-Nunca; 2- Raras vezes; 3- Por vezes; 4- Muitas vezes; 5- Sempre		1º período Data			2º período Data				3º período Data					
Competências	Critérios Transversais	Descritores (Exemplos)	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Conhecimentos	Conhecimento científico	Compreendi os conteúdos abordados nas aulas Relacionei os conhecimentos novos com os que já tinha aprendido.  Exprimi com clareza as minhas ideias.  Exprimi-me com correção linguística												
Capacidades	Aplicação dos conhecimentos	Resolvi os exercícios práticos sobre os conteúdos abordados.  Apliquei os conhecimentos a novas situações apresentadas.  Exprimi-me de forma clara e fundamentada as ideias de acordo com o solicitado.  Utilizei vocabulário específico												
Atitudes e Valores	Comprometimento com a Aprendizagem	Respeitei-me e respeitei os outros  Agi eticamente, consciente da obrigação de responder pelas minhas ações.  Ponderei as minhas ações e as dos outros em função do bem comum.  Apresentei o trabalho bem feito e com rigor.  Fui pontual no cumprimento das tarefas  Apresentei o material necessário.  Cumpri as tarefas.  Demonstrei o pensamento reflexivo, crítico e criativo.  Fui interventivo, tomando a iniciativa.  Colaborei empenhadamente nas atividades de grupo.												

<sup>\*</sup>Indique o que já faz bem e o que pode melhorar no seu desempenho.

<sup>\*</sup>indique o que o(a) professor(a)pode fazer para ajudar a melhorar o seu desempenho.

<sup>\*</sup>Indique, nesta disciplina, qual foi a atividade que mais gostou de realizar?

<sup>\*</sup> A responder em cada momento de avaliação.